



**42ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA**  
25 de agosto de 2009 – 9:30h  
UMAPAZ Universidade do Meio Ambiente e Cultura de Paz  
Av IV Centenário, s/nº Portão 7

**PAUTA**

**Informes:**

- I. Conselheiro eleito do CADES para representação no CONFEMA.

**Expediente:**

- I. Sugestão de inclusões na pauta.
- II. Exposição do Programa de Agricultura Urbana e Periurbana/ PROAURP pelo grupo executivo do Programa

**Ordem do dia:**

- I Apreciação e deliberação sobre Edital FEMA nº 08

**Anexo:**

Edital FEMA Nº 08



**Coordenadora Helena Magozo:** Bom dia a todos e a todas, nós vamos dar início a **42ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA**. Eu queria como informe previsto, dar conhecimento para vocês dos conselheiros eleitos do CADES, que vão representar o CADES no CONFEMA, eles estarão já na próxima reunião. Nós tínhamos nesta gestão o Moliterno e como suplente a Rose Mari, eles não estão aqui hoje, para a próxima gestão que começa agora e tem dois anos, na próxima reunião, é a Maria Regina Braga Lago Negro, que ela no CADES é a representante das Universidades e o Francisco José Calheiros Ribeiro Ferreira, que no CADES é representante da Secretaria de Negócios Jurídicos. Eles são os dois novos conselheiros e eu queria também fazer a menção da presença da primeira vez da Cristina, ela é suplente da vaga da Secretaria do Verde, da outra vez veio o Maestro, ele está de férias, então a Cristina está presente hoje, muito obrigada. O Hélio é o nosso assessor especial, chefe de gabinete, vai presidir a reunião. E hoje nós temos uma pauta única, para justamente dar condição dos conselheiros conhecerem bem, a proposta, o Programa de Agricultura Urbana.

**Hélio Neves:** A secretaria vem discutindo a questão da agricultura urbana há bastante tempo, como é um assunto que não diz respeito só ao meio ambiente, diz respeito a várias secretarias potencialmente, o desenvolvimento disso é um assunto um tanto complicado, o setor de agricultura não é uma das atividades econômicas mais importantes da cidade, longe disso, mas, do ponto de vista de proteção e preservação ambiental é extremamente importante que consigamos manter na terra, produzindo de maneira ambientalmente adequada e sustentável os trabalhadores, os proprietários de terras que ainda se mantêm nessa atividade. Nós sabemos que em algumas regiões da cidade nós perdemos grande parte das nossas áreas verdes porque a agricultura foi deixando de ser uma atividade significativa e importante, especialmente da região leste da cidade, e também em parte na zona norte, em que fomos perdendo áreas verdes que eram muito interessantes inclusive, em função da busca de solo para a construção de habitação e conjuntos habitacionais, a idéia de utilizarmos recursos do fundo para fortalecer as políticas de agricultura urbana veio no sentido de também fortalecer a fixação de propriedades rurais que tem função agrícola e trabalhar na perspectiva de que essas atividades se qualifiquem cada vez mais como atividades ambientalmente adequadas, sustentáveis, equilibradas. O Marcelo vai fazer uma apresentação do projeto, do programa na verdade. Por favor, Marcelo.

**Marcelo Ribeiro:** Bom dia a todos, meu nome é Marcelo Ribeiro, eu comecei a coordenar esse programa que é o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana de São Paulo a partir de abril, pela Secretaria do Verde. Eu vou fazer uma breve apresentação do que é o programa, o que fazemos, quais são as principais demandas, principais entraves e uma justificativa do porque desse edital. O Programa de Agricultura Urbana e Periurbana de São Paulo, chamado de PROAURP, ele foi instituído em 2004, pela lei 13.727, é um programa que é coordenado pela Secretaria do Verde, mas ela tem como parceiras na execução a Secretaria de Coordenação das Subprefeituras que a representante é a Anizia Perosa, temos a Secretaria Municipal do Trabalho que o Fernando Sandim é o representante, a Supervisão de Abastecimento que outrora a Secretaria do Abastecimento fazia parte na época, e a casa da Agricultura Ecológica que é de Parelheiros, coordenado pelo Vanderlei. O programa é coordenado pela Secretaria do Verde, e essas outras secretarias fazem parte de um grupo que se chama Grupo Executivo do programa. Nos reunimos mensalmente para pensar as diretrizes, questões orçamentárias e outras questões relativas ao programa. Agricultura urbana, o conceito de agricultura é bastante amplo, toda a atividade de cultivo de hortaliças, plantas medicinais, flores, frutas, inclusive criação de animais de pequeno porte, piscicultura e animais de



pequeno porte, envolve produção artesanal de alimentos para consumo humano em zonas urbanas e periurbanas. O programa de agricultura urbana no município de São Paulo, como eu já disse é intersecretarial, antigamente pela Secretaria de Abastecimento existia um programa que se chamava Hortas Comunitárias, esse programa de agricultura englobou esse programa da Secretaria de Abastecimento, mas ele se tornou uma coisa mais ampla. Quando falamos de agricultura urbana, conforme já colocado no conceito, não significa só produção de hortas urbanas, principalmente na região sul de São Paulo, de Parelheiros, temos agricultura mesmo, tem sítios, tem produção de frutíferas, sistemas agroflorestais, áreas mais extensas de agricultura. Os principais objetivos do programa são, combater a fome, promover inclusão social, incentivar geração de emprego e renda, incentivar a agricultura familiar. É importante também colocar isso não sei se todos conhecem, mas existe uma política nacional de assistência técnica a extensão rural, do Governo Federal, que pautou toda a extensão rural, todo o apoio a agricultura em função da agricultura familiar. Existe uma prioridade muito grande de todos os programas governamentais de agricultura, de se priorizar a agricultura familiar e não é diferente com o programa de agricultura urbana. Incentivar a produção para autoconsumo, existe uma grande ênfase do programa de geração de renda, mas também de autoconsumo, de segurança alimentar e também nas hortas comunitárias escolares a questão da educação. Aproximar os produtores dos consumidores, essa é uma grande questão em São Paulo, eu acho que isso essa é uma coisa muito importante da agricultura urbana, é realmente aproximar o consumidor do produtor, os custos de transportes são altíssimos, apesar de termos a região do cinturão verde, Mogi das Cruzes, Ibiúna, com produção de alimentos, o município ainda carece e tem potencial para produzir alimentos dentro da cidade. Utilizar espaços ociosos adequados para a produção agrícola, o Hélio já colocou isso, quando a área está sendo utilizada com agricultura ela não está sendo invadida, não está sendo degradada. Uma grande questão é utilizar essas áreas ociosas do município para produzir alimentos. O resgate cultural de atividades, muitas pessoas que vieram para São Paulo, são pessoas originárias da área rural, e essa coisa do resgate com a cultura e com o contato com a natureza. Incentivar o sociativismo, o agriculturismo e a preservação do meio ambiente. Tem um trabalho com grupos de agricultores também, como em São Matheus, sexta-feira passada em São Matheus, estávamos lá inaugurando a 1ª Associação de Agricultores Urbanos de São Paulo. Isso é um trabalho do programa de agricultura urbana, junto com a subprefeitura de São Matheus e estão lá produzindo, comercializando e vivendo disso. O público atendido são os agricultores familiares, grupos comunitários, mesmo em São Matheus têm grupos de terceira idade que são atendidos pelo programa, desempregados, homens e mulheres de rua, estudantes, pessoas com necessidades especiais, usuários de unidade de saúde, também tem hortas nas UBs, comunidade de baixa renda, munícipes em geral. Os princípios metodológicos do programa: com relação às hortas comunitárias ainda temos alguma precariedade de estrutura para o programa, até por isso, isso é uma das questões que estamos pleiteando recurso no FEMA, para que através de parcerias com organizações não governamentais conseguirmos realmente executar os objetivos do programa. Atualmente de estrutura o programa sediado na Secretaria do Verde, tenho eu de coordenador, tem o Vanderlei que acabou de chegar, que é da Casa de Agricultura Ecológica de Parelheiros, tem um agrônomo na zona leste e uma agrônoma na zona norte. Tinha o Ruy, que era outro agrônomo na zona oeste, mas ele saiu, foi para subprefeitura agora. Nós temos uma estrutura bastante enxuta para trabalhar um universo imenso. Com relação às hortas comunitárias, identificamos o espaço, a pessoa interessada, ou o grupo de pessoas interessadas, ou a escola interessada procura o programa, e temos um protocolo de ir lá fazer uma visita na área, fazer um contato com a organização e através dessa visita, dimensionamos o tamanho dessa horta. As atividades depois que a horta é implantada,



elas são acompanhadas por um engenheiro agrônomo, apesar de termos três engenheiros agrônomos só na cidade, conseguimos acompanhar, não da forma como deveria ser, mas conseguimos dar conta. Promovemos também curso de capacitação, para esse público beneficiário, estamos até fazendo algumas parcerias com a escola de jardinagem, com a UMAPAZ, para desenvolver esses cursos e esses cursos são voltados tanto para professores, como para agricultores. Atualmente nós temos acompanhado 256 hortas comunitárias em São Paulo. Existe um projeto piloto também de fornecimento de merenda lá em Parelheiros, que o Vanderlei acompanha de perto, conforme eu já disse formamos uma associação de agricultores em São Matheus na sexta-feira, cursos e oficinas, e parceria com a escola de jardinagem, associação de agricultura orgânica e tem outros projetos maiores que também são apoiados pelo programa, como o projeto Caubi, que é um projeto lá na beira da Guarapiranga, o ITCP da USP, que é a incubadora de cooperativas da USP, que desenvolve um programa de apoio ao agricultor familiar em Parelheiros, o CRSAN que é um Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional, na zona oeste, que também temos trabalhado junto com eles. Nós temos algumas expectativas, essa expectativa maior, e base que temos é de pelo menos começar a trabalhar o autoconsumo e a segurança alimentar nutricional na cidade de São Paulo, esse nosso trabalho CRSAN é bem focado nisso, se conseguirmos isso a gente já consegue muito, a geração de renda a gente pensa até como uma coisa extra, gerar emprego e renda. Propiciar espaços de convivência e amizade, solidariedade, capacitar os agricultores na prática de cultivo sustentável com base agrícola, isso é pauta do programa também, é trabalhar agricultura ecológica, não trabalhamos com agricultura convencional, inclusive os agricultores de São Matheus, estamos dando um apoio atualmente para eles se converterem para a agricultura orgânica ou agricultura ecológica para eles poderem ser atendidos pelo programa, não excluimos, mas damos um apoio para que eles se transformem. Propiciar canais de comercialização e agregação de valor, estamos fazendo um trabalho com a supervisão de abastecimento, inclusive temos uma reunião hoje sobre isso, melhorar qualidade ambiental das áreas ociosas, conforme já dissemos. Contribuir para a conservação de solos e mananciais, desenvolver atividades voltadas à educação ambiental. Essa questão da educação ambiental e do programa, provavelmente, nós ficaremos sediados aqui na UMAPAZ, esse vínculo do programa com a educação ambiental para nós é muito importante, porque achamos que a horta é um espaço, talvez o melhor espaço dentro da cidade para ser trabalhada a questão da educação ambiental, porque é aonde o ser humano convive diretamente com a natureza, não é uma árvore que ele olha e talvez nem abrace, nem pegue. A horta ele toca, interage. A lei que criou o programa, ela é uma "coisa" muito importante, nós temos uma dotação própria. Temos aproximadamente, cento e "poucos" mil reais por ano, para comprar insumos e ferramentas, e mais uns 200 mil reais por ano, que é para serviços de terceiros e pessoas jurídicas, que estamos tentando fazer também uma parceria com a UMAPAZ para contratar palestrantes para captação. É um recurso de no máximo 300 mil reais, é um recurso escasso, para trabalhar o município inteiro e para atingir os objetivos do programa, que são desde hortas escolares até a parte de comercialização e de feiras, abastecimento, é um programa bastante amplo. Para o programa ser desenvolvido, nós precisamos realmente de parcerias, apesar de haver já outras secretarias que fazem parte do programa buscamos também parcerias com o setor privado, temos alguma parceria com a ELETROPAULO, na região leste, que a produção acontece embaixo do linhão da ELETROPAULO, e estamos buscando essas parcerias. Nós temos esse Centro de Apoio à Agricultura Urbana, que foi criado esse ano, foi um projeto que foi enviado para o Ministério do Desenvolvimento Social e ele é focado na capacitação de agricultores, já temos alguns cursos esse mês de agosto, vai ter alguns cursos no mês de setembro, mas é um projeto com prazo determinado, projeto de um ano e tem um recurso de 600 mil



reais para desenvolver. Mas quem está gerenciando esse trabalho é o Instituto Paula Souza, o PROAURB, assim como outras entidades, nós somos parceiros. As dificuldades do programa, como eu já disse, dificuldade de recursos humanos, temos uma deficiência na questão da assistência técnica, que é um dos objetivos do programa, é claro que com 3 agrônomos, na cidade inteira, se formos pensar, é que são mais que 256 hortas, mas se formos pensar 256 hortas e 3 agrônomos, podemos imaginar que eles conseguem ir uma vez a cada 3 meses em uma horta, isso não é uma forma de assistência muito eficiente. Recursos financeiros escassos, nós temos essa dotação de que eu falei anteriormente, nós temos problemas de logística, porque dependemos de muita parceria dentro da própria prefeitura, porque o programa não tem carro, não tem caminhão, não tem estrutura nenhuma, então dependemos de toda essa parceria com as subprefeituras para ter estrutura, para desenvolver o trabalho. Temos uma necessidade de maior integração com as secretarias em função disso, estamos começando a desenvolver esses intercâmbios com as outras esferas de governo, a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, quer começar um programa de agricultura sustentável em São Paulo, na região da Guarapiranga e estamos discutindo uma parceria com eles. Comercialização informal de produtos, com o abastecimento, estamos tentando resolver isso porque os produtores, por exemplo, de São Matheus, na verdade eu acho isso ótimo, porque os produtores de São Matheus, tudo o que eles produzem eles vendem na porta, os vizinhos vão lá e compram na porta. O comércio local é uma das diretrizes do programa. Mas, carecemos de ter espaços oficiais e feiras. Isso depende também do processo de certificação do produtor, tudo uma questão que temos que trabalhar. Nós temos que melhorar essa infra-estrutura e logística do programa, que estamos fazendo uma gestão dentro da prefeitura para isso. Ampliar as parcerias e convênios, com ONGs e o setor privado, ampliar e descentralizar os cursos de capacitação, por que o que acontece é que a maioria dos cursos ocorre aqui no UMAPAZ, temos o curso de horta, que é da Escola de Jardinagem, em parceria com o programa, que é um curso antigo. Mas o agricultor de Parelheiros, o agricultor da Zona Leste, não vem aqui no Ibirapuera fazer o curso então precisamos realmente ter recurso para descentralizar esses cursos e incluir mais os agricultores, que são o público alvo principal do programa. Essa questão de criar um selo orgânico para agricultura urbana, para que os produtos da agricultura urbana de São Paulo tenham mais credibilidade e criar os canais de escoamento, mercados e feiras, que estamos conversando com a ABAST. Contratação de técnicos, nós pensamos que o programa precisa ter um quadro ampliado, estamos vendo a viabilidade de contratar técnicos agrícolas, desenvolver índices de sustentabilidade para os projetos, isso é uma coisa extremamente importante, porque essas hortas muitas vezes, se, por exemplo, uma horta escolar, se o professor não internaliza a questão da horta, não inclui na disciplina, não trabalha isso na disciplina de uma forma intensiva, a horta vai ficando de lado e de repente a horta está na mão do caseiro da escola e ela já não tem mais a função educacional, então estamos querendo montar um sistema de indicadores de sustentabilidade, para acompanhar esses projetos e ver até que ponto eles estão sendo viáveis de ser apoiados, de ter continuidade. Também contribuí para a implementação do centro, junto com a Paula Souza, a gente está gerenciando esses cursos junto com eles, uma questão que temos um problema sério, que nós temos a questão do adubo orgânico na cidade, estamos vendo compostagem nos parques, mas isso é uma questão que emperra um pouco. Articulação com as subprefeituras e diagnóstico, o Vanderlei na Casa da Agricultura, está começando a fazer um levantamento, junto com o abastecimento, com a Secretaria de Estado e Agricultura, dos agricultores da região Sul, não temos um levantamento atualizado do número de agricultores na cidade e da agricultura urbana e periurbana, os números atualizados, isso é uma coisa que precisávamos desenvolver, isso até está no edital, como uma atividade possível de ser executada. As razões para o edital,



como vocês perceberam o programa é bastante complexo, ele trabalha educação, geração de renda, desde dentro da porteira, na agricultura, chamamos de dentro da porteira e de fora da porteira, quando se fala de comercialização de mercados. O programa trabalha toda a parte de produção, a parte de educação, a parte de capacitação até a parte de geração de renda, comercialização, mercados, é bastante complexo, para a estrutura que temos. Dependemos muito de parcerias e de outras entidades executando esses objetivos do programa. O programa tem um grande potencial de benefício social, a questão de segurança alimentar e nutricional na cidade, geração de renda, os benefícios ambientais, que já colocamos que esses são extremamente importantes, principalmente na região sul de São Paulo e nas áreas de proteção de mananciais. É isso então, basicamente a estrutura do programa, os objetivos e os desafios são esses. Eu vou abrir agora para perguntas, se vocês tiverem algumas questões, se o Vanderlei quiser colocar alguma coisa. O Vanderlei é o responsável pela Casa da Agricultura Ecológica, que fica em Parelheiros e essa Casa da Agricultura é ligada ao programa, e ele é ex-coordenador do programa também.

**Vanderlei:** Bom dia a todos, eu só resolvi dar uma palavrinha aqui rápida, por ser ex-coordenador, até por opção e dar a opção de ter um coordenador, ligado a secretaria diretamente e assumi de fato, com foco efetivo lá na Casa da Agricultura, que sempre foi a menina dos olhos, até porque é onde se localiza a maior região agrícola de São Paulo e que conserva essas características. E através do zoneamento da cidade, é onde se tem agricultura de fato. O levantamento que o Marcelo já falou, nós já chegamos a 380 cadastramentos, georeferenciados, entre agricultores convencionais até agricultores familiares, que é o foco do programa, mas a temos trabalhado agricultura de baixo impacto, apesar de ter o objetivo de transformar essa agricultura em agricultura orgânica, sabemos que é impossível fazer isso em toda a cadeia produtiva, o mínimo que fazemos é organizar esses agricultores, terem aonde eles colocarem essas embalagens de defensivo, porque realmente eles foram esquecidos e agora estamos fazendo esse resgate, com as parcerias que o Marcelo já citou, trazendo o estado, o proponente por lei até, que deveria estar dando essa assistência e o estado tem incorporado isso e tem nos ajudado muito. Eu venho aqui interar o que o Marcelo falou a importância do programa, que é um programa intersecretarial e nós temos como objetivos, estar unindo as outras secretarias que trabalham em paralelo, que não estão contempladas na lei do programa de agricultura, o nosso próximo passo é rever essa lei. Eu tomei também a ação de 'pisar em ovos' e na vaidade das pessoas, que são os partidos que dividem as secretarias, graças a Deus, isso tem caminhado de maneira positiva, temos a Secretaria de Participação e Parceria, que nunca me respondeu um ofício, como Secretaria do Verde, que está hoje na agenda 2012 do Prefeito Kassab, que também me deu essa opção e por isso essa escolha, que tem como objetivo estar resgatando essa agricultura, e não é a toa porque a alimentação hoje no mundo ela tem se tornando cara, e é um objetivo setorializar essa agricultura de novo. A região Sul, já foi responsável pelo abastecimento de 1/3 de tudo o que São Paulo consome, principalmente na área de hortifrutigranjeiros. Como Parelheiros é a menina dos olhos, da própria Secretaria do Verde e da cidade de São Paulo, porque é produtora de água. Nós não temos pessoas boazinhas, na verdade, nós temos que conservar aquilo a todo custo e subsidiar o agricultor na região é uma forma de se evitar que se hajam loteamentos irregulares ou ocupações irregulares. Nós temos a região das APAS, que já é contemplado por esse FEMA, mas acaba ficando restrita e a importância de estar colocando esse primeiro edital, que tem como mérito o Thiago Lopes Ferraz Donnini, que hoje já não me apóia muito, mas tem se interessado a voltar. Esse edital, aliás, foi escrito quase todo por ele. Tem toda essa importância de estar fazendo primeiro e de estar dando continuidade. De estar dando oportunidade das pessoas periféricas de



estar se fixando no local. O programa além de um sistema produtivo necessário, que é geração de renda, através da própria subsistência das pessoas que perderam o hábito de plantarem suas pequenas hortinhas, os seus condimentos de fundo de quintal, de tudo tem um pezinho lá, esse resgate é muito importante para gente. Inclusive acaba afetando a questão de saúde, acaba desafogando até o transporte, pessoas que perdem 4,5,6 horas vindo para o centro trabalhar e é totalmente possível, através de programas de pequenas agroindústrias, que já foram desenvolvidas na região Sul, de estar agregando valores, de estar criando as suas geléias com identificação própria e fixar essas pessoas nos lugares, além de todo esse resgate, existe essa questão da educação ambiental, que o Marcelo fixou bem, acaba influenciando em todos os objetivos da prefeitura. Eu não vou me prolongar mais, queria dizer que é um programa interessante e que estamos trazendo todos os parceiros da cidade para isso e eu não posso deixar de dizer que eu tenho um apoio político, uma vontade política do próprio prefeito. Obrigada.

**Coordenadora Helena Magozo:** Obrigada Marcelo e Vanderlei. Agora nós vamos já para a discussão do edital. Os conselheiros receberam por e-mail o edital. Está aberto para análise.

**Cons. Mônica Borba:** Eu queria fazer umas considerações na verdade para a apresentação do Marcelo.

**Coordenadora Helena Magozo:** E eu pediria para o Marcelo e para o Vanderlei que eles se sentassem à mesa conosco, porque, assim tem a condição de estar respondendo qualquer indagação, esclarecimento ou posicionamento dos conselheiros.

**Cons. Mônica Borba:** Eu sou Mônica Borba, trabalho na ONG 5 Elementos, assumi aqui a titularidade do CONFEMA, eu queria primeiro parabenizar a equipe, porque é muito importante esse programa para São Paulo, muito mesmo. Ele é complexo, mas ele não poderia não ser, não teria qualquer forma e eu vou trazer mais alguns pontos para complicar um pouco mais a questão. É em relação ao ponto fraco do projeto, que é a compostagem. Nós nunca vamos conseguir implantar um programa de agricultura orgânica se não tivermos uma política de centro de compostagem aqui na nossa cidade, é impossível. Por mais que incentivemos fazer na escola, a precisamos de produção de fato, acho que isso tem que ser criado uma política, não sei como vocês vão resolver, mas é impossível não ter espaços maiores para ser feito isso e com muita qualidade. Eu acho que poderia estar totalmente associado a esse programa. Porque a hora que você entrega um produto orgânico para alguém, você pode recolher o orgânico que sai daquela casa, deveria estar totalmente vinculada uma coisa com a outra, que é a questão de estimularmos a educação ambiental, a troca e a parceria, o dar e o receber, acho que deveríamos dar muito mais atenção a questão da compostagem. Outra questão que temos, o Parque Vilas Boas, que é um parque que está fechado, foi uma antiga usina de compostagem, tem toda uma discussão desse parque, do que vai ser. Mas eu acho que ele tem uma identidade e que deveria ser verificada, uma área possível para a agricultura urbana e para a área de compostagem também. É um espaço na região Oeste de São Paulo, não sei se está incluída nas discussões de vocês, mas eu acho que é muito importante dar atenção para os espaços. Nas subprefeituras, eu acho que deveriam ter os cursos também, de jardinagem e até pequenas áreas de compostagem, principalmente na Subprefeitura da Lapa, eu acho que é viável. Os 5 Elementos está fazendo uma parceria com uma rede italiana que chama Hortas de Paz, que é um programa muito interessante,



que eles já desenvolvem, estamos trazendo algumas publicações, eu acho que poderia incorporar também, que não é só a 'coisa' do plantar, mas a cultura de paz que está por de traz de tudo isso e criar essa rede em São Paulo das Hortas de Paz, acho que seria interessante incorporarmos isso no conceito do projeto. E por último, acho que faltaram ali, quando você colocou os benefícios sociais, ambientais, é que você colocou os econômicos junto com os sociais, mas eu acho que deveria colocar embaixo, benefícios econômicos e trabalhar com essa questão da feira de trocas, e com a economia solidária, que é um outro benefício na área econômica que podemos nutrir bastante. Em relação à questão da Associação de Agricultura Orgânica de São Matheus, depois eu gostaria de saber mais, porque apoiamos um projeto aqui em Parelheiros, de agricultores orgânicos e o caminho é abrir associações, eles poderiam todos ter o mesmo modelo, e ir se organizando e como já tem a primeira, gostaríamos de conhecer para avançar no nosso processo. Acho que é isso.

**Coordenadora Helena Magozo:** Eu pediria para os outros conselheiros colocarem as suas questões, assim o Marcelo e o Vanderlei podem estar respondendo em blocos. Se vocês acharem que já tem suficiente, vocês dão uma parada.

**Marcelo Ribeiro:** Essa questão da compostagem é um negocio que temos pensado muito. Eu particularmente acho que todo o projeto tem que integrar a produção de composto. Tem que ser local a produção de composto e nos projetos que isso for impossível, por questão de área ou por questão de não ter material para isso, aí sim pensarmos nessas usinas, mas na verdade os projetos de agricultura, eles têm que contemplar a compostagem. Lá em São Matheus, os próprios agricultores se organizaram, conseguiram com que o caminhão da prefeitura fosse lá, descarregasse as podas de grama e eles estão fazendo compostagem, nas próprias áreas de agricultura, o ideal é isso, o ideal é que dentro dessa cadeia de produção a compostagem esteja acontecendo. Com relação aos parques é bastante interessante o que você colocou, porque temos uma idéia de fazer, eu nem falei isso, mas áreas demonstrativas, fora apoiar os projetos todos que acontecem, as hortas comunitárias, o interessante era termos áreas demonstrativas, eu mesmo comecei escrever um projeto, que está em desenvolvimento que chama Parque Vivo, que é para tentar trabalhar em alguns parques, áreas demonstrativas de sustentabilidade urbana, que inclui horta, inclui as relações solidárias econômicas, inclui energia, captação de água, montar modelos desses na cidade, esse é um trabalho que estamos pensando através do Programa de Agricultura Urbana. Os cursos, a descentralização, é essa a idéia mesmo, precisamos descentralizar isso. Temos feito contato com as subprefeituras novamente, para tentar estabelecer essa parceria. As subprefeituras, elas são co-executoras do programa, de acordo com a lei, na verdade estamos lembrando isso aos subprefeitos de que eles também são co-executores do programa, que eles precisam investir nisso. Nós temos algumas facilidades e algumas dificuldades, como vocês sabem, dificuldades políticas nas subprefeituras, isso é muito claro. A questão da Horta da Paz, eu gostaria de conversar mais contigo sobre isso, podemos incorporar sim e os benefícios econômicos, sim, isso é um trabalho que pensamos em trabalhar dentro dessa proposta do Parque Vivo, isso é uma coisa que eu estou falando aqui em primeira mão, porque é um projeto que eu ainda estou escrevendo, mas, eu acho que tem um grande potencial para a cidade e vai de encontro ao que você colocou. Obrigado.

**Coordenadora Helena Magozo:** Os outros conselheiros.



**Cons. Marcelo:** Você disse que nesse momento participam do programa 256 hortas, espalhadas pela cidade, eu vi aqui, que os projetos, o limite máximo financiado pelo FEMA, é de 200 mil reais e no total tem 2 milhões em recursos, esses 200 mil, é aplicado em uma localidade, ou os projetos podem abranger mais de uma localidade ou pode ser outras localidades não pertencentes ainda?

**Marcelo Ribeiro:** Esses projetos podem incluir mais de uma horta dessas ou de um projeto de agricultura desses, de 256. A idéia e a vontade nossa, é que se crie novas áreas. Essas 256 têm vários níveis de desenvolvimento, tem vários tamanhos, tem projetos grandes, por exemplo, esse Caubi, é um projeto de uma área de 30 hectares, na beira da Guarapiranga, eles têm sérios problemas de assistência técnica, por que, nós não temos quadro dentro do programa, é uma área que poderia ser uma área demonstrativa de sistema agroflorestal no município de São Paulo, muito interessante. Eles estão o tempo todo pleiteando o apoio do programa para se desenvolver mais, mas nós não conseguimos. Essa por exemplo, seria uma unidade que poderia ser atendida, com um projeto desse. Mas a idéia é criar mais unidades, o edital permitiria tanto trabalhar em parcerias nessas unidades, atender unidades que estão deficientes e criar novas unidades. Colocamos 256 hortas, mas não são só hortas, são projetos de agricultura urbana e periurbana.

**Hélio Neves:** Eu acho que, de fato, o que seria interessante é que surgissem projetos, que dessem conta de articular as regiões, vários projetos na região, com organizações que se associem com os produtores, com os proprietários do terreno, com quem organiza a horta, com as escolas, com quem quer que seja para tratar de uma coisa mais regional, não faz muito sentido cada hortinha ter um projetinho. É muito difícil tratar dessa maneira, mas pensar de uma maneira mais coletiva, que dê suporte regional, para 2 subprefeituras, 1,2,3 subprefeituras. Com isso ampliamos capacidade de atendimento e nossa capacidade de acompanhar também não se esgota, por que se tiver 50 projetos, a nossa turma não consegue dá conta de acompanhar 50 projetos.

**Marcelo Ribeiro:** Ganha em escala, barateia alguns custos.

**Cons. Cristina:** Eu sou a Cristina, pela Secretaria do Verde, apenas para esclarecer a Mônica, esse ano, estamos fazendo uma atividade piloto, que é descentralizar os cursos de jardinagem, em 40 parques, de uma certa forma, os cursos já estão acontecendo em toda a cidade. Junto com o Marcelo, dependendo desse piloto, qual que é a aceitação, como que isso ocorre, podemos passar para a horta e outras formas de capacitação. Na verdade estamos fazendo um teste de demanda através de uma oferta. Esse edital, quando o Marcelo escreveu tudo, meio que fizemos uma participação, trabalhou com os artigos, deu algumas contribuições, eu estou de acordo, de certa forma.

**Cons. Mônica Borba:** Só uma perguntinha, esses 40 cursos, nos 40 parques, eu queria saber, como que vocês divulgam isso? Porque eu sou uma pessoa um pouco bem informada nessa área de educação ambiental na cidade de São Paulo, um pouco, não muito, eu não recebi um e-mail, nem uma divulgação disso, quer dizer, 40 cursos e eu não recebi nenhuma divulgação. Eu sou uma pessoa que repasso muita informação na Rede Paulista de Educação Ambiental, tem uma lista com muitas pessoas, eu queria saber.

**Cons. Cristina:** Essa divulgação ela está saindo pelos núcleos de gestão descentralizada, cada parque faz a sua divulgação própria, nós temos um informativo mensal pela Escola



de Jardinagem, que vai pela Intranet e está disponível na Internet também, na página da Secretaria do Verde que mensalmente constam os cursos que vão acontecer em determinados parques. Por exemplo, o informativo de setembro constam as atividades descentralizadas que acontecerá nos parques no mês de setembro, outubro, a mesma coisa, novembro, a mesma coisa. E o catraca livre, do Dimenstein, volta e meia ele também publica, por que como são atividades gratuitas, nós já tivemos várias situações que eu mesma já escutei ele falando de cursos que trabalhamos. Mas via de regra é pela Intranet, pelo informativo que a escola dispõe e os parques eles estão trabalhando a divulgação com a própria rede deles.

**Coordenadora Helena Magozo:** Agora, nada impede Cristina que vamos agregando parceiros e possibilidades. Eu até pediria depois uma conversa.

**Cons. Mônica Borba:** Eu acho que todos os conselheiros, não só daqui, do CADES e dos "cadinhos", todos deveriam ter uma rede de conselheiros da área de meio ambiente de sustentabilidade de São Paulo e ser informados das ações da secretaria, por que eu particularmente acho que as pessoas não entram muito em site, jovens talvez tenham tempo, eu não tenho essa prática de buscar informação, a não ser uma coisa de pesquisa específica, normalmente as coisas chegam. Eu acho que, tem uma sugestão de organizar o mailing de todos os conselheiros dentro daquela linha que falamos do curso da reunião passado, de ter curso para os conselheiros na área de legislação aqui do município e da área de informação de coisas, porque também temos que fazer esse papel junto à comunidade. Eu acho que seria interessante no canal de comunicação da própria secretaria.

**Coordenadora Helena Magozo:** Está agregado justamente e agora precisamos encaminhar, depois disso. Pois não Vanderlei.

**Vanderlei:** Eu só queria informar Mônica, que existe um projeto \*\*\*\*, que está sendo dirigido pela coordenação da subprefeitura onde o projeto piloto, foi em Santo Amaro, que gerou um produto triturado de uma máquina que tritura galhos até 8 polegadas, isso vai dar mais ou menos uns 20 cm e isso está aberto para todas as subprefeituras, para ser incluído, provavelmente junto com os ECOPONTOS, que estão na agenda 2012 também. Santo Amaro divulgou tanto, por que existia tanto composto de alta qualidade, que foi uma luta muito grande porque as atas de contratação determinavam que isso ia para os lixões, o que é um absurdo. Esse piloto é louvável e provavelmente o segundo vai ser em Parelheiros também, nós estamos com um problema de congelamento de recursos, mas provavelmente seja resolvido e todo produto que estava lá, que estávamos até pra colocar em Parelheiros, pelo desespero de Santo Amaro que estava se acumulando, todas as subprefeituras da Zona Norte e Zona Leste, acabaram levando tudo e eu fiquei com um único caminhão. Quanto aos Centros de Capacitação, Parelheiros hoje têm uma horta escola, que foi a primeira no Simão Touro, nós temos hoje, em construção, um viveiro demonstrativo para 50 mil mudas, que foi uma compensação do Rodoanel. Eu tenho um espaço hoje de 300 m<sup>2</sup> com técnicos de diversas parcerias, uma cozinha para trabalhar a alimentação saudável. Temos uma direção piloto, que é a Casa de Agricultura, que está ligada ao Programa de Agricultura Urbana e a Secretaria do Verde, porque eu ainda carrego 5 CATs da Secretaria do Verde, e temos aí o COMUSAN, que nunca funcionou em São Paulo, do qual cabe a mim também dar o direcionamento de políticas públicas federais, como o SUASA e a própria lei de merenda escolar, que é o assunto de pauta hoje, em Abastecimento. Acho que as feiras de troca e economia solidária é o encaminhamento que o PROAURP tem como objetivo, que é o associativismo



e cooperativismo, é uma coisa a ser construída e contamos com você e outros parceiros, que trabalham essa coisa da educação, isso precisa ser construída em São Paulo, devido as características de individualismo mesmo. Quanto a 256 hortas na verdade esse é o numero que está escrito no PPA do programa e nós tínhamos que dar conta ao tribunal de Contas. Isso foi uma saída estratégica. Eu faço questão de responder isso, por que, eu tive que usar a estratégia de fazer hortas em escolas, porque acabamos arrumando professores e pessoas, a própria comunidade escolar, que tem uma co-responsabilidade que acabava ajudando o programa. Eu tinha algumas críticas, dos agrônomos que trabalhavam comigo, porque só escola? Mas tínhamos 16 projetos piloto e eu não posso deixar de citar também o primeiro projeto piloto de compostagem que é uma parceria do grupo executivo da Secretaria do Trabalho, que foi feito na USP e hoje está sendo estendido para a USP Leste, que tem um grande resíduo de dejetos de animais, que precisou passar por um processo até biológico, porque são animais que recebem uma carga de remédio bem grande. Mas é uma forma de formentar a agricultura também, e até de dar um final para isso, que não seja o aterro sanitário. Quanto ao Marcelo da SEMPLA, eu gostaria de dizer o seguinte Marcelo, eu tenho pequeno problema que em Parelheiros nós temos uma grande produção de silvicultura e a regulamentação fundiária é um dos objetivos do programa também. O Estado hoje nos pede a certidão de uso e ocupação do solo e o SEMPLA não emite mais, para eu fazer a obrigação da reserva legal que é um objetivo e uma conscientização que se demorou a se fazer em 1/4 da cidade que é Parelheiros e mais um pouquinho que pegamos, que eu estendi um pouco mais a região Sul. Eu não consigo averbar reserva legal, porque o balcão único me pede a certidão de uso e ocupação do solo, eu mesmo tenho assinado isso, baseado em uma lei federal onde diz que a Casa da Agricultura pode fazer isso, só que eu não sou a Casa da Agricultura oficial, eu estou me arriscando.

**Cons. Marcelo:** Só um comentário, essa atribuição não é mais da SEMPLA, a SEMPLA foi dividida no meio, agora é da SMDU, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. A SEMPLA ficou só com a parte orçamentária, basicamente com a parte orçamentária, está se reestruturando da Secretaria, mas a parte de uso e ocupação do solo, a Lei de uso e ocupação do solo, plano de diretor, está na outra secretaria, que é a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, cujo secretário é o Miguel Bucalem.

**Vanderlei:** Eles estão me emitindo?

**Cons. Marcelo:** Eu não sei.

**Coordenadora Helena Magozo:** Vanderlei, nós temos uma representação da SMDU no CADES, com o conselheiro super ativo que é o Luis Ramos. Eu pediria que você fizesse esse encaminhamento, chega até ele e ele te dá um posicionamento sobre isso.

**Vanderlei:** Ótimo, é uma necessidade urgente na verdade.

**Coordenadora Helena Magozo:** Nós continuamos com as duas representações, aqui de planejamento, e no CADES, com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Já podemos ir para a deliberação? Edital, deliberação sobre o edital. Nós vamos para a deliberação sobre o edital FEMA número 8. O CONFEMA torna público que realizará processo de análise e seleção de projetos, que contribuam para a promoção e desenvolvimento de atividades relacionadas aos objetivos do programa de agricultura urbana e periurbana, PROAURB, em áreas públicas e privadas do município de São Paulo, de acordo com as cláusulas estabelecidas nesse edital, de número 8, e legislação pertinente. Está



incorporada, toda a legislação geral, a legislação do meio ambiente, está de acordo com os princípios da legislação ambiental, com as diretrizes colocadas pelo CADES, para o CONFEMA para esse ano, e os projetos apresentados, vão ter sua viabilidade técnica e econômica, submetida caso a caso aqui ao CONFEMA. Antes vai haver como sempre, uma comissão de avaliação técnica, que vai dar subsídios técnicos para uma avaliação de viabilidade técnica e econômica aqui do CONFEMA.

**Cons. Mônica Borba:** Eu quero falar duas coisas sobre o edital. Julgamento das propostas, 11.21 a conformidade diretrizes. Aqui vocês estão falando do SISNAMA. Eu acredito que tenhamos que incorporar nesse item a Política Nacional de Educação Ambiental e a Política Estadual de Educação Ambiental. Eu espero que em breve tenhamos uma política Municipal de Educação Ambiental. Porque se temos todo o enfoque, envolvendo a educação ambiental e não incorpora as diretrizes dessas políticas, nos nossos fundos, realmente, fica difícil.

**Coordenadora Helena Magozo:** Dentro da Lei da reestruturação da Secretaria, não incluiu a política, mas é super importante que aqui no edital, que é até mais abrangente, mais restritivo e cabe sim.

**Cons. Mônica Borba:** Política Nacional já tem 10 anos, a Política Estadual tem 1 ano, nós temos que incorporar e conhecê-las para fazer elas vingarem, não adianta a gente ter a política e não incorporar nos fundos, nas ações e assim por diante.

**Coordenadora Helena Magozo:** Porque quando falamos de Sistema Nacional, na verdade a pensamos nisso, mas eu acho que é super importante.

**Cons. Mônica Borba:** Não, meio ambiente e educação ambiental tem várias diferenças.

**Coordenadora Helena Magozo:** A proposta da Mônica de incorporar a Política Nacional e Estadual de Educação Ambiental, nas conformidades das diretrizes do edital.

**Cons. Mônica Borba:** Sim e acho que podemos até um dia fazer um estudo, um seminário, para a própria Secretaria do Verde entender, para avançarmos e construir uma Política Municipal de Educação Ambiental. Essa é uma sugestão. A outra em relação a questão dos recursos, item 8 1.3, na verdade gente, a contrapartida, ela é, o mínimo deveria ser 10% que uma instituição dá, se eu for pegar 200.000,00 seria 20.000,00 de contrapartida, correto? Agora, existe o item 8.3 que é uma coisa completamente esquisita em minha opinião que o valor da contrapartida não deverá ultrapassar o valor máximo do projeto estabelecido. Ora vamos supor que a minha instituição consegue uma contrapartida, maior que os 10%, 20% eu tenho que reduzir o custo do dinheiro do projeto. Está errado isso. É o que está escrito aqui, O valor total do projeto, que é o financiado pelo FEMA, mais a contrapartida, não deverá ultrapassar o valor máximo por projeto estabelecido, que é no caso 200.000,00 reais. Eu acho isso uma lei para traz, e não para frente, porque se a instituição consegue arrecadar mais contrapartida para o projeto, você tem que diminuir o valor do projeto, ou não considerar isso? Eu acho que está errado isso.

**Coordenadora Helena Magozo:** Mara, por favor. A Mara participa bem \*\*\* na coordenação \*\*\* dos editais.

**Cons. Mara:** Essa é uma discussão que nós tivemos no FEMA e eu acho que se continua, mas até então, a discussão caminhou no sentido de que? Essa valoração de 200.000,00



para um projeto, que é uma discussão que temos. Qual o valor máximo por projeto junto com a equipe técnica? Se considera que 200.000,00 para um projeto nesse caso, seria bastante razoável e teria condições de estar executando. Agora se nós pensarmos na contrapartida, que ela fique aberta quanto for esse projeto pode ser de 200.000,00, com uma contrapartida de 300.000,00, nós teremos projetos de 500.000,00, esse tipo de coisa. Nós estamos avaliando, nossa capacidade de acompanhamento e fiscalização de projetos, porque, por exemplo, na contrapartida de um projeto de 1 milhão, que venha com 800 mil, e seja financiado 200 mil, fica quase que uma parte dentro de um projeto. Até então nós temos trabalhado com essa idéia da capacidade de fiscalização e de controle dos projetos. Portanto, do tamanho dos projetos, se considerando que com esse valor se tem condições de ter bons projetos. Não são pequenos valores que se está trabalhando. É dentro dessa perspectiva que tem esse item no edital.

**Coordenadora Helena Magozo:** Essa questão foi muito discutida a partir do decreto regulamentador dos convênios, por exemplo, do valor ser total e a contrapartida estar incluída. Porque antes a contrapartida não tinha um consenso sobre essa questão, a secretaria mesmo, internamente e algumas entidades entendiam, até porque em outros fundos, são diferentes os fundos como concebem isso, que seria além do valor do projeto. O decreto, o jurídico da secretaria e a parte administrativa, mostraram que é dentro. Essa questão que a Mara colocou, foi uma questão do limite de fiscalização, quanto isso é meio complicado, temos que fazer uma linha de corte, às vezes, eu corto para você e você pode considerar limitada, mas é uma questão.

**Cons. Mônica Borba:** Eu acho que a gente está trabalhando com a lógica da escassez, essa é uma corrente de pensamento com a lógica da escassez e talvez pudéssemos trabalhar com a lógica da abundância. Que é todo o trabalho de educação, de cooperação, tem que trabalhar com valores da lógica da abundância. Nós estamos trabalhando com projetos de educação ambiental, projetos de 12 meses, 6 meses, não dá. Temos que trabalhar com continuidade, compor com as ONGs, iniciativa privada, para você ter, talvez um critério da contrapartida, seja a continuidade do projeto, ao invés de 12 meses, fazer 3 anos. Porque você não consegue de fato incorporar dentro de um currículo, de uma escola a cultura de cuidar das plantas, em 12 meses, não consegue. Eu entendo, mas, eu acho que deveríamos repensar nisso, de repente criando um critério de maior durabilidade do projeto. Mas não colocar dessa forma, porque, 10% tudo bem, para as ONGs, é muito vir 10, 20%, mas se ela consegue agregar com um empresa que incorpore isso, ao invés de fazer 1 ano, fazer 2 anos o projeto. Eu não sei acho que é interessante pensarmos em não reduzir, porque isso é uma coisa que trava para traz.

**Coordenadora Helena Magozo:** Mônica, eu concordaria com você, mas isso não confirma a nossa realidade, nesses 2 anos de acompanhamento de projetos apresentados ao FEMA, algumas entidades teriam condição de apresentar projetos na condição que você está falando de mais anos, até de administrar essa questão de valores, esse valor, nós achamos um valor, pela experiência Mônica, pela dificuldade que muitas entidades tem na comprovação de gastos, no acompanhamento que nós estamos tendo e uma questão que é pedagógica mesmo do FEMA, não realizou? Porque não realizou? Vamos conversar, porque não está acontecendo, precisa ter uma resposta técnica nisso, uma resposta administrativa. Não corresponde até hoje, sinceramente falando, a realidade do universo das entidades que nós estamos recebendo. E achamos super importante que esse processo aconteça em dupla mão, que tenhamos condição, de um recuso público ser bem utilizado, ter um retorno para a entidade, a correção. De fato isso que a Mara colocou, é um pressuposto, para nós, que nós temos que ter condição de acompanhar e



dialogar com as entidades. Não temos tido um universo de entidades que tenha, é outra opção, centralizamos em 2,3,4, eu não estou dizendo.

**Cons. Mônica Borba:** Não é para centralizar. É só para gente não deixar.

**Coordenadora Helena Magozo:** Nós não estamos fazendo isso Mônica, eu te garanto que nós não estamos puxando o "breque-de-mão", é porque 200.000,00 é um valor importante, difícil de administrar pela maioria das entidades. Até entidades que se apresentam pela 2ª vez e se exige de novo aquele acompanhamento, aquela orientação. E o que esperamos, é que a sustentabilidade, a partir do projeto, que a entidade não fique o tempo todo dependendo do FEMA, que o FEMA seja um elemento importante, mas que a entidade tenha autonomia depois de um tempo, até nisso que você falou, na busca de outros parceiros e aprenda, tenha prática, de busca de outros parceiros que possibilite uma autonomia e tocar sem o fundo.

**Cons. Mara:** Eu só queria complementar, eu acho que quando você coloca que tem uma lógica da abundância ou da escassez, não é nessa lógica que nós estamos trabalhando, é uma definição que você coloca, mas não é essa lógica. Nós estamos trabalhando em outra, nós estamos trabalhando em uma lógica de construção, o fundo é bastante novo, ele está se construindo com uma prática bastante intensiva. Nós estamos votando hoje ao 8º edital, em 6 anos, e sendo que tem editais com 3 fases, editais com 2 fases, que na verdade são verdadeiros editais. Nós já estamos quase que com 12 editais na rua. A prática tem sido altamente intensiva, em um esforço muito grande da própria secretaria, em se estruturar, para dar conta de tudo isso, não só financeiramente, mas em termos de acompanhamento de avaliação e mesmo da construção junto ao corpo técnico de todo esse processo. Está sendo um processo bastante portentoso. Exigente mesmo. Ao mesmo tempo nós temos um processo de formação também na própria cidade das ONGs, você como participante de uma ONG e também de várias outras organizações, você sabe da fragilidade e mesmo da dificuldade dessa parte de apresentar projeto e de executar projetos. Que idéias, tem muitas idéias legais, mas da idéia a execução, você sabe a dificuldade disso. Eu acho que, eu acho não, eu tenho certeza que nós estamos trabalhando com essa lógica de construção, uma construção do fundo, de realmente aprovar coisas e que esses projetos sejam executados e bem executados com qualidade, e ao mesmo tempo uma construção do conjunto das ONGs nas suas práticas, na cidade com possibilidade de financiamento, é essa a lógica que a gente tem trabalhado. Isso é um dos pontos que por enquanto se está considerando necessário, eu acho que pode ser que com o tempo se chegue um momento, em que possa ser, entre quanto for, mas também tem que ter um compromisso já, que não vai ser um subprojeto, do projeto, do projeto, que nós não temos condições de controle.

**Hélio Neves:** Gostaria só de fazer uma ponderação, eu acho que quando se fala que é no mínimo 10, eu estava falando com a Helena, é muito comum você ter um estabelecimento de mínimo e de máximo, não se admite mais do que 30%, porque se ele pode bancar 90%, não precisa do recurso do fundo, ele já está em condição de tocar sozinho, e não precisaria desse apoio. Eu acho que devíamos pensar, a conversa precisa evoluir um pouco mais, estudar um pouco mais, ver como os outros fazem isso, mas estabelecer um limite máximo, mínimo e o máximo.

**Cons. Mônica Borba:** Mão não precisa tirar do recurso financeiro. Porque se você consegue a mais, você tem que tirar do valor que o fundo vai te dar.



**Hélio Neves:** A questão do a mais, veja, quando você fala dos 10%, se a entidade tem capacidade de oferecer, mais do que 10%, ela pode oferecer, como contrapartida apenas 10%, não precisa oferecer 30,40,50, não é obrigatório. Ela tem que comprovar os 10% e ela pode no projeto escrever e descrever os outros recursos com os quais ela conta de redes, de parcerias, de instituições coligadas, isso ela pode informar no projeto, se ela precisa de 180 mil e tem que dar 10% de contrapartida, mas ela tem capacidade de articular uma rede mais ampla que é capital social, que você pode converter em recurso monetário eventualmente na prestação de conta, sustentabilidade, você informa 10% de contrapartida e informa no projeto tudo o que você tem de adicional, mas que você não precisa de mais dinheiro do que isso.

**Cons. Mônica Borba:** Trabalhando na lógica de parceria, de agregar instituições que queiram trabalhar com o foco que no caso a ONG está desenvolvendo, se você incorpora realmente dois parceiros fortes em um projeto, para dobrar o tempo de existência de um projeto, você tem que divulgar a logomarca do FEMA, da secretaria, das instituições parceiras. Quando você reconhece a agregação de uma contrapartida, que não é da instituição, porque as instituições elas não têm recursos financeiros para dar essa contrapartida, mas elas têm sim parcerias, relações, com instituições, empresas que podem agregar valor. Ao invés de limitar, ampliar para que, quem é pequeno possa de estruturar, que eu acho que é importantíssimo isso, eu entendo, mas quem tem mais potencial de fazer mais parcerias e alianças que também possa, hoje, esse item talvez ele iniba um pouco uma instituição para incorporar outros parceiros em projetos aqui do FEMA, que possa trazer recurso.

**Coordenadora Helena Magozo:** Outra coisa importante é que estamos abertos ao diálogo, o caso concreto. De repente, se pela sua entidade, ou por outras entidades, tivermos essa questão, que não pode ser incorporada nesse edital, mas serve como elemento de reflexão interna nossa, para que no próximo a gente juntamente avalie isso. Agora tem essas questões do acompanhamento do universo, que a experiência está nos dizendo que estamos bem universalistas, que estamos universalista nessa proposta e seguro, isso temos a convicção, agora, pode se abrir pode melhorar, não é nesse, é no próximo, a partir do estudo concreto e do caso concreto, de como é isso de divulgação do parceiro, de como é que pode ser resolvida ou avaliada essa questão. Mais alguma coisa no edital Mônica? Vamos agora para a deliberação. Eu vou partir do pressuposto, e se algum dos conselheiros estiver contrário, por favor, se posicionem. É interessante, a estarmos incluindo a questão da educação ambiental como pressuposto de diretriz do edital. Existe uma Política Nacional de Educação Ambiental, importante, Estadual, que a incorporação disso, no edital, independente de não estar na lei, eu acho que é mais exigente, é super pertinente. Eu vou partir desse ponto. Cristina pode falar.

**Cons. Cristina:** Só um adendo, quando no item 11.2, se coloca que o pressuposto, é legislação ambiental, federal e estadual, parte-se do pressuposto que a \*\*\* está aqui dentro, porque a Política Nacional de Educação Ambiental, ela faz parte do arcabouço da legislação ambiental federal, e na hora que se complementa SISNAMA e meio ambiente municipal, porque o SISNAMA faz o gerenciamento de tudo isso nas 3 esferas, de uma certa forma, seria uma redundância até, porque dentro da legislação federal, consta todas as leis, inclusive a educação.

**Cons. Mônica Borba:** A discussão não é essa, na verdade o SISNAMA é amplo, é muito focado na preservação ambiental, e na área de educação ambiental tem um forte componente humano, nas relações humanas com o ambiente, eu discordo, está dentro



sim, mas acho que tem um refinamento, uma sintonia com o tipo de programa que está sendo proposto aqui. Eu acho que existe um desconhecimento de todos nós sobre a Política Nacional de Educação Ambiental e a Estadual e não temos nem a municipal, citar por citar, eu acho que deveríamos talvez incorporar isso e ter um estudo maior nessa área aqui, em São Paulo.

**Coordenadora Helena Magozo:** Vamos para a deliberação. Dentro dessa linha que você falou Cristina, eu também tinha ponderado isso, mas, pensando melhor eu acho que citar, você incorpora com mais clareza e como colocamos Política Municipal de meio Ambiente, a rigor, também dentro desse critério não precisaríamos ter colocado, eu não teria restrição, ou algum conselheiro teria, ou algum técnico que colocássemos, eu acho que pode clarear, pode dar uma atenção maior a essas políticas.

**Orador não identificado:** (incompreensível, não falou no microfone)

**Coordenadora Helena Magozo:** Vamos para a deliberação, tudo bem Cristina? Vamos para a deliberação incorporando a Política Nacional e Estadual de Educação Ambiental.

**Hélio Neves:** E depois se ela quiser, volta a questão do percentual.

**Coordenadora Helena Magozo:** Percentual nesse edital não Hélio, agora nós estamos votando o edital como ele está nós nos abrimos sim, a conversar sobre essa questão do percentual, por casos que nos cheguem para pensarmos para um próximo edital e trazer para uma próxima discussão, mas nesse momento seria como está colocado aqui nesse edital, porque avaliamos o edital como está.

**Hélio Neves:** Sim, mas, suponha que os conselheiros queiram acatar a proposta da Mônica e se ela mantiver a proposta, poderia mudar nesse edital. Uma vez que há consenso de que se acrescente a questão da Política Nacional de Educação Ambiental e Estadual, que votamos primeiro no conjunto aceitando esta solução, em seguida, se a Mônica mantiver a proposta dela, se delibera sobre mudança ou não de percentual, por que pode haver intenção da maioria de mudar o percentual, pode ser? A primeira votação é os conselheiros que concordam com o edital incluindo esta questão da Política de Educação Ambiental Nacional e Estadual, permaneçam como estão. Está aprovada. A pergunta é se a Mônica mantém a proposta de discutir o percentual. Ou se a gente nesse edital fica dessa maneira.

**Cons. Mônica:** Eu sei o trabalho que é, eu não vou colocar essa limitação. Só que eu acho que é um fator limitante que nesse projeto já, a gente poderia incorporar essa outra idéia, mas eu acho que assim, vocês têm toda uma discussão, uma lógica e eu entendo respeito isso, mas eu acho que poderíamos só, o item 8, que é "o valor total do projeto, não deverá ultrapassar o valor máximo do projeto", é isso que me incomoda. Eu acho que poderíamos trabalhar com essa, flexibilizar talvez esse item. Pode ultrapassar até 30% do valor, mas não você conseguir uma contrapartida e abaixar do dinheiro do projeto, é isso que eu acho ruim. Meu pensamento é diferente nesse aspecto do de vocês. Se vocês quiserem manter para mim, não tem problema nenhum, mas eu vou ficar pegando no pé aqui sempre disso, vocês podem ter certeza.

**Hélio Neves:** Os conselheiros estão esclarecidos sobre a proposta. Você quer que votemos?



**Cons. Mônica:** Se for atrasar muito tudo isso, não. Deixa do jeito que está. Mas eu acho que é uma coisa para se refletir, eu não quero que a minha posição impeça o andamento que eu já sei que é lento demais. Mas é para refletirmos sobre esse tipo de coisa.

**Marcelo Ribeiro:** Só uma pergunta, um dos argumentos para a manutenção desse percentual, é a capacidade da secretaria de avaliar, de acompanhar os projetos. Nesse montante do jeito que está já existe um parque instalado, já existe uma equipe, uma área na secretaria, que faria esse acompanhamento, ou ele viria dentro do projeto também, se contratariam profissionais, e estariam no escopo do projeto.

**Hélio Neves:** Da secretaria.

**Marcelo Ribeiro:** Tem que ser da secretaria e ela já tem um corpo técnico para fazer isso. Fica difícil nesse momento, talvez de aumentar esse percentual. Eu concordo com a Mônica, que limita, mas, se esse é um argumento, ele é pertinente.

**Hélio Neves:** Você não pretende que votemos aqui agora. Assumimos que o edital, com essa modificação por parte da Mônica com relação à Política Nacional e Estadual, está aprovado, e a proposta seguinte, está por este momento em discussão. Obrigado.

**Cons. Mônica:** Eu só queria colocar, que poderíamos ter um evento e discutir uma política municipal de educação ambiental, e com os indicadores, para a questão da avaliação dos projetos de educação ambiental. Acho que o foco da nossa política deveria ser dentro da identidade da nossa região quais os projetos, quais são os critérios, os indicadores, para ajudar inclusive o fundo a avaliar ou não. É muito importante construirmos essa política com os próprios parceiros que estão realizando os projetos. São essas pessoas que estão lá fazendo que podem contribuir bastante na construção dessa política da cidade de São Paulo de educação ambiental.

**Coordenadora Helena Magozo:** De acordo, tem mais alguma sugestão de inclusão? Eu queria agradecer a presença de todos e todas damos por concluída a reunião hoje. Obrigada Hélio.